



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

EIXO TEMÁTICO: Ética, direitos humanos e cidadania.

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Relato de pesquisa

SOCIOEDUCAÇÃO E CIDADANIA

Vanessa Petermann Bonatto¹

Debora Cristina Fonseca²

Resumo

O trabalho trata-se de recorte de pesquisa qualitativa de mestrado em andamento, sobre socioeducação e sua materialização na prática do orientador de medida socioeducativa em meio aberto. Objetiva produzir reflexões na interface da educação, a garantia de direitos, fundamentado no materialismo histórico e dialético. Percebe-se por meio de revisão bibliográfica que persiste a individualização dos problemas sociais e dificuldade da articulação de rede. Depreende-se a necessidade de desenvolvimento de pesquisas para contribuir com o movimento de garantia de direitos e promoção de cidadania.

Palavras Chave: CREAS; Medidas Socioeducativas; Socioeducação;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em recorte de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação - UNESP – Rio Claro, de abordagem qualitativa, que pretende compreender a socioeducação e sua materialização na prática do orientador de medida no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

O termo socioeducação evidenciou-se com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, buscando o rompimento com a lógica da doutrina da situação irregular. Desta forma, a partir de sua implementação, o termo socioeducação aparece em documentos da Assistência Social e do Sistema Judiciário, especificamente nos que tratam da aplicação e do cumprimento das medidas socioeducativas à adolescentes em conflito com a lei.

Nesse sentido, pela doutrina de proteção integral, as ações socioeducativas que se dão pelas medidas socioeducativas, serão direcionadas e regulamentadas posteriormente com a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (BRASIL, 2006) sendo voltadas ao desenvolvimento e a reconstruir os vínculos saudáveis entre os adolescentes, a família e comunidade visando promover a

¹ Psicóloga, mestranda do PPG em Educação do Instituto de Biociências IB - UNESP, campus Rio Claro, SP. vanessapbonatto@hotmail.com

² Prof. Dr^a. do PPG em Educação do Instituto de Biociências IB - UNESP, campus Rio Claro, SP deboracf@rc.unesp.br



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

cidadania. Várias pesquisas (BOMBARDA, 2011; VENTURA, 2014; JACQUES 2015; BEHR, 2016) tem demonstrado que a execução dessas medidas, inclusive em meio aberto, tem apresentado a prevalência de práticas coercitivas, discursos moralizantes que contribuem para reprodução de desigualdades sociais. Desta forma, estabeleceu-se o recorte do estudo, buscando apresentar neste trabalho reflexões sobre a importância de se aprofundar a discussão sobre a interface da educação e a garantia de direitos.

METODOLOGIA

A pesquisa pretende entre seus objetivos específicos, entender quais fundamentos e pressupostos que subsidiam o trabalho dos orientadores de medida no contexto socioeducativo. Nesse sentido, nesse trabalho serão trabalhados os materiais coletados na fase de revisão bibliográfica a fim de contribuir para discussão foco desse trabalho.

Dentre os quadros teóricos metodológicos disponíveis, esse trabalho apoia-se no método materialista histórico dialético que parece o mais adequado aos propósitos da pesquisa por ser aquele que está intimamente vinculado a uma concepção de mundo, um modo de ser e agir em uma perspectiva social e histórica.

Pra tanto, foi realizado levantamento documental das leis e políticas públicas que fundamentam as práticas socioeducativas em meio aberto e legislações correlatas, relacionadas à execução do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A partir desse levantamento, identificaram-se quais as diretrizes de ações propostas, buscando analisar quais os pressupostos que fundamentam as orientações aos profissionais para aplicação e acompanhamento da execução da medida desenvolvendo esse trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível perceber, por meio da revisão bibliográfica, que semelhante ao constatado por Lazzarotto (2014), persistem a culpabilização do jovem e a individualização dos problemas sociais, promulgando a herança da doutrina da situação irregular prescrita nas legislações correlatas anteriores ao ECA e a dificuldade de execução do trabalho em rede, indicado como fundamental estando previsto em lei. Entretanto entende-se que não se trata de culpabilizar os profissionais, mas compreender que o discurso assistencialista ainda está presente no cotidiano dos serviços, de naturalização dos processos que ignoram que esses jovens também estão em risco, inseridos em um contexto social histórico complexo e injusto.

Enquanto desenvolvimento dessa questão é possível refletir que também as ações socioeducativas estão de forma semelhante ao contexto escolar formal, contraditoriamente ao discurso da lei, preconizando uma ressocialização e educação para a população jovem em conflito com a lei corroborando com o discurso de promoção de cidadania em acordo com lógica neoliberal vigente excludente. Nesse sentido, compreendemos que os espaços socioeducativos, destinados ao cumprimento de medida socioeducativa, deveriam ser voltados a ações que, além da responsabilização pelo ato infracional garantissem também a proteção integral dos jovens em conflito com a lei, os quais também tiveram direitos violados, buscando em



Poços de Caldas

2º Congresso Nacional de Educação

www.educacaopocos.com.br 08 e 09 de Jun

parceria com a educação formal contribuir para a formação humana integral e superação das desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a análise preliminar parece indicar que apesar dos avanços na lei, no sentido de promoção e garantia de direitos, na prática, considerando um contexto mais amplo, essa encontra dificuldade em efetivar-se se materializando enquanto práticas isoladas, com dificuldade de articulação do trabalho em rede. Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa em andamento e deste estudo a fim de contribuir para melhor compreender a efetivação da socioeducação na prática do orientador de medida e auxiliar na elaboração de propostas diferenciadas que busquem fortalecer o movimento de consecução dos objetivos legalmente estabelecidos de responsabilização e de proteção social das crianças e adolescentes em conflito com a lei.

REFERÊNCIAS

- BEHR, Mariana Torres. **Ressignificando o papel do educador no contexto das medidas socioeducativas**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22957/1/2016_MarianaTorresBehr.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.
- BOMBARDA, Fernanda. **Liberdade assistida: pressupostos da legislação brasileira e a prática dos orientadores de medida socioeducativa**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, UNESP – Universidade Estadual “Julio de Mesquita Filho”, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90092>>. Acesso em: 02 maio 2017.
- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Acesso em: 02 maio 2017.
- BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – **SINASE**. Brasília: Conanda, 2006. Acesso em: 02 maio 2017
- JACQUES, Luciana Gomes de Lima. **Medidas Socioeducativas em meio aberto em Guaíba: entre Pressupostos e Significados**. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7194>>. Acesso em: 02 maio 2017.
- LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. Medidas socioeducativas: cartas ao reinado do saber. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 503-514, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Jan. 2018.
- VENTURA, Tatiane Andrade. **O atendimento às medidas socioeducativas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5696>>. Acesso em: 02 maio 2017.